

**MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS EM
TEMPOS DE CRISE**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i59.16981>



Vilmar Thomé

Entrevistado - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

César Hamilton Brito de Goes

Entrevistador - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil

Marco André Cadoná

Entrevistador - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Brasil



Resumo:

Na entrevista, o professor Vilmar Thomé considera sua trajetória acadêmica e profissional, em especial sua experiência de Pró-Reitor e de Reitor na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), para analisar as mudanças e as adaptações que ocorrem nas Universidades Comunitárias num momento em que o ensino universitário no Brasil é provocado a se reinventar. Para o professor Thomé, vivemos um momento em que os diferentes modelos de Universidade no Brasil precisam ser repensados, considerando a importância de melhorar o aproveitamento dos recursos investidos, de alcançar melhores resultados, de ter maior capacidade de atender às necessidades da sociedade. Na experiência das Universidades Comunitárias, o professor destaca três questões que se consolidaram como legado da história até então construída: transparência, descentralização e participação. Mas destaca que o momento é de adaptações, sem esquecer o legado construído, mas considerando os desafios de um tempo de crise e de transformações tecnológicas que criam novas possibilidades de organização das atividades universitárias.

Palavras-chave:

UNISC; Universidade Comunitária; Crise Universitária; Modelo Híbrido de Ensino.

Entrevistadores:

Professor Thomé. Primeiro, queremos agradecer muito sua disponibilidade de tempo e seu interesse em participar desse projeto da BARBARÓI. Esse é um projeto que nós, professores e professoras do agora extinto Departamento de Ciências Humanas, decidimos executar; com o objetivo de registrar a existência de um Departamento de Ciências Humanas na UNISC. Mas, também, para impulsionar reflexões sobre Universidade, Universidade Comunitária, as ciências humanas na formação universitária. Um primeiro momento desse projeto compreendeu a publicação de um número especial da BARBARÓI, com artigos de professores e professoras que, em 2019, atuavam ou já tinham atuado no Departamento de Ciências Humanas. Nesse segundo momento, então, nossa proposta é construir um relato coletivo sobre o Departamento, registrando sua história, seus cursos, a participação de seus professores na gestão da UNISC. E decidimos entrevistar alguns colegas ou ex-colegas, escolhidos pelos vínculos que tiveram/têm com os cursos do Departamento ou, então, pela participação política na UNISC. Além das entrevistas com esses colegas, a proposta é publicar entrevistas com quem assumiu a Reitoria da UNISC, desde sua criação: republicaremos um artigo do professor Wilson, inicialmente publicado no número 0 da BARBARÓI, e entrevistaremos, além de você, o professor Luiz Augusto e a professora Carmem Lúcia, ex-Reitor e atual Reitora, respectivamente.

Nossas entrevistas seguem um roteiro previamente construído. Nesse roteiro procuramos provocar reflexões sobre as trajetórias profissionais na UNISC; sobre a experiência de Universidade Comunitária, os desafios e os limites implicados nessa experiência histórica de construção das instituições universitárias no Brasil; sobre a crise da Universidade na atualidade, em especial a Universidade Comunitária; sobre a participação do Departamento de Ciências Humanas na construção histórica da UNISC, a atual dissolução do Departamento e sua “imersão” numa nova estrutura organizacional na UNISC; e, é claro, sobre as humanidades na formação universitária, em especial e considerando a experiência de Universidade Comunitária. Então, a proposta é que possamos conversar sobre essas questões.

Pois bem. Vamos propor, então, que iniciemos com um relato seu sobre sua trajetória profissional na UNISC. Em que momento chegou na UNISC, quais os principais momentos em sua trajetória profissional na Universidade, qual a avaliação que faz hoje dessa trajetória enquanto professor e, principalmente, enquanto gestor?

No seu caso, inclusive, entendemos que existe uma particularidade. Poderemos ouvir quem já foi Reitor da Universidade e que, após, foi para outra mantida da APESC, no caso o Hospital Santa Cruz. Uma mantida que, como sabemos, tem uma relação muito forte com a Universidade, pois o Hospital também responde por uma questão científica e acadêmica: são aproximadamente 800 estudantes, de diferentes cursos, que transitam dentro do hospital, em diferentes tipos de atividades de formação. Mas começemos pelo resgate histórico de sua trajetória na UNISC, identificando alguns momentos importantes nessa que já é uma longa presença profissional na UNISC.

Vilmar Thomé:

Agradeço o convite de vocês. Vou tentar expressar um pouco da trajetória, um pouco das vivências, não esquecendo das dificuldades, evidentemente, mas as conquistas também são importantes. E vocês vão me guiando, porque só essa abertura agora, Marco e César, já traz um componente de emoção. E, bem, quando eu sou desafiado a falar da UNISC, eu sempre pergunto “mas quanto tempo eu tenho?”

Então. Essa trajetória começa na condição de estudante da FISC, estudante de Ciências Contábeis, no ano de 1981. Quando eu tenho um tempo maior, como é o caso hoje, eu gosto de começar por aí, porque é o que moldou a minha vida, a minha vida profissional e pessoal.

A minha trajetória começa ali. Iniciei o curso em 1981 e cursei até 1986, quando concluí. No meio desse tempo, em 1984, eu fui contratado como funcionário da APESC, para trabalhar no que se chamava naquela época “Escritório da APESC”. Havia um protagonismo de gestão da APESC no conjunto das Instituições. Eu fui contratado para trabalhar especialmente na área de custos e auxiliar nos processos de matrículas nos períodos específicos. Mas daí a realidade daquele momento me levou a trabalhar na horizontal, tudo um pouco, em várias áreas administrativas. Como eu estava para mais da metade do curso de Ciências Contábeis, acabei atuando na área contábil, no sentido de transformar a contabilidade da APESC de contabilidade pública para contabilidade comercial. A contabilidade pública não é boa para geração de informações gerenciais, para análises e projeções em instituições como a nossa. Não vou entrar em detalhes técnicos. A contabilidade comercial se aplica também a instituições sem fins lucrativos. Como vocês conhecem, hoje os demonstrativos contábeis e controles gerenciais no novo formato foram implantados paulatinamente a partir daquele período.

Em 1986 eu concluí o curso de contábeis, o mesmo ano de um processo de transformação política na estrutura de gestão da APESC, repercutindo nas mantidas também. Foi um movimento que buscava a democratização dos processos gerenciais da instituição. Naquele período, também fui por um tempo presidente da associação dos funcionários da FISC. Outro fato que merece registro é que a instituição funcionava em dois endereços: uma parte no centro, na rua Oscar Jost, e outra parte funcionava no campus, que começou a operar em março de 1984. O campus atual era considerado um lugar muito distante, longínquo, sendo que a maioria dos estudantes e funcionários preferia trabalhar no centro.

Com a eleição do Prof. Wilson, como Diretor-geral da FISC, e do Prof. Campis, como Vice-Diretor da FISC, iniciou um novo ciclo político na instituição e surgiu um novo momento na minha vida. Quando essa nova direção assumiu a FISC, em março de 1987, assumiu como diretor administrativo o professor Oscar Hentschke, falecido há vários anos. Eu tinha sido aluno dele, trabalhava há quase três anos na área contábil e administrativa da APESC/FISC. Ele me convidou para ser assessor administrativo na direção administrativa, porque ele era estatístico, conhecia muito essa área do conhecimento, mas ele não conhecia com maior profundidade a área contabilidade e a área de finanças. A partir desse momento nós implantamos a “nova contabilidade”, que já começou a ser adaptada a partir do final de 1984, mas a nova estrutura foi inteiramente implantada com todos os subsistemas alguns anos à frente. Trabalhamos também com a implantação do processo de planejamento de ações

futuras, tendo no Prof. Wilson uma grande liderança, uma visão muito clara da importância do planejamento para o alcance de conquistas futuras. Foi naquele contexto que implantamos também o sistema de orçamento, de projeções financeiras, que vem a ser a quantificação financeira dos planos, das ideias, dos objetivos, das metas. Assim, o orçamento vem na esteira do processo de planejamento. No período seguinte evoluímos diversos relatórios de controles de desempenho financeiro, em várias áreas, setores e cursos. A APESC, a UNISC, são modelos de boas práticas na gestão contábil e financeira, nós temos padrão internacional nessa gestão.

Após, vivemos um novo momento. Em 1991 esquentou o projeto de transformação da FISC em universidade, pois os processos protocolados em anos anteriores eram arquivados devido à legislação vigente, que impedia criação de novas universidades. Mas, em 1991, o Presidente Collor não renovou o decreto de vedação. A partir desse fato nosso processo andou. Foi o primeiro processo no Brasil a ter uma comissão de verificação, na época do CFE (Conselho Federal de Educação), para um acompanhamento prévio. Anteriormente várias instituições foram criadas por decreto.

De 1991 a 1993 fomos acompanhados pela comissão do CFE, período que temos muitos registros em nossos livros de história, contando os vários passos para a constituição da UNISC. Tenho em casa diversos livros que registram a história da APESC/FISC/UNISC, que seguidamente consulto, releio algumas passagens, relembro alguns fatos vividos. Foram dois anos e alguns meses, período extremamente profícuo do ponto de vista da estruturação institucional.

Assim, temos um relato, um caminho percorrido, iniciando na área contábil, financeira, administrativa da APESC, num primeiro momento de 1984 até 1987; outro de 1987 até 1991, já no contexto de transformação da FISC em UNISC. Na fase inicial algumas dificuldades, algumas questões complexas, pela existência de duas visões distintas em relação ao modelo de gestão, divergências de modelo entre gestão a partir da Mantenedora APESC versus gestão a partir da FISC. O processo de transformação da FISC em UNISC possibilitou um maior contato, um mergulho nas áreas de gestão, no ensino, na pesquisa, na pós-graduação, na extensão e nas relações comunitárias. Então, no meu caso, aqueles dois anos foram de alargamento significativo na minha visão institucional, que possibilitou alargar a visão que até então estava concentrada nas áreas contábil, financeira e administrativa.

Entrevistadores:

Aproveitando esse seu primeiro momento de fala. Naquele período de ingresso seu na Universidade havia um controle contábil único, as mantidas tinham movimentos diferenciados, mas a gestão já era mais centralizada, pensada a partir da APESC. Mas você coloca que, em algum momento, sob o ponto de vista contábil e da gestão, a UNISC discutiu um modelo que se tornou referência. Naquele momento, vocês faziam alguma discussão com outras experiências de universidade para pensar também organização, contabilidade da instituição? Perguntamos isso porque, ouvindo outros colegas, alguns fazem referência a

visitas a outras instituições de ensino, com o objetivo de discutir um modelo de Universidade. Então, vocês tinham alguma referência para pensar gestão e organização contábil da universidade, ou as mudanças que ocorreram resultaram da própria experiência aqui acumulada?

Vilmar Thomé:

Muito bom. Do ponto de vista da constituição do projeto de universidade, nas dimensões acadêmicas, foi a UNIJUÍ o maior parâmetro; também foram analisadas diversas outras universidades anteriormente implantadas no estado do RS. Anteriormente nossas inspirações vinham muito da lógica de funcionamento das universidades públicas. Vários dirigentes e professores da UNIJUÍ estiveram na FISC, participando de eventos relacionados ao projeto de criação da universidade. Vários colegas da FISC também realizaram visitas a outras instituições na busca de informações e compreensão dos modelos implantados. A UNIJUÍ, desde aquela época, apresentava uma forte marca de modelo comunitário, a essência do modelo, autêntico, com forte presença de relações comunitárias em sua região de abrangência. Hoje é um traço marcante da UNISC, uma forte presença comunitária, nas várias regiões de abrangência da instituição, uma profunda relação em vários segmentos, escolas, empresas, saúde, meio rural, ações sociais, culturais, na área ambiental, entre outras.

Mas, do ponto de vista contábil, econômico, financeiro, não houve uma maior interação com outras instituições. Os dados eram considerados sigilosos e, portanto, de difícil compartilhamento, fato que até os dias atuais é uma realidade. Naquela época, década de 1980, início dos anos 1990, essa não era uma grande preocupação das instituições. As demonstrações e relatórios, nesses aspectos técnicos, contábeis, econômicos, financeiros, eram, na maioria das vezes, somente aqueles necessários para os relatórios de aprovação das contas pelos conselhos superiores.

Nessas áreas, mais do que uma absorção de outras experiências, nós construímos a partir das necessidades expressas nos documentos internos e para cumprir as especificações constantes nos relatórios que apresentamos no período de acompanhamento do CFE. Uma necessidade adicional que foi apresentada durante o processo de acompanhamento foi a implantação dos relatórios de Fluxo de Caixa, de projeções financeiras detalhadas. Construímos um sistema de informações financeiras, com projeção anual, mensal e semanal. Até hoje temos acompanhamento semanal da projeção e da execução financeira. Então, nós passamos a ter orçamento anual em consonância com o planejamento anual, controle mensal da execução via contabilidade, e na área financeira acompanhamento semanal da execução financeira. Uma grande evolução, um excelente modelo, naquele período denominamos todo esse conjunto de dados, relatórios, informações de “Sistema de Informações Financeiras - SIF”. Atualmente todas as instituições universitárias possuem essas estruturas de forma muito detalhada, muito evoluídas.

Entrevistadores:

Outra questão, ainda naquele período inicial, que é importante para entendermos a sua trajetória na UNISC, é sua inserção enquanto professor. Como ocorreu essa inserção? Em que momento ocorreu o convite, a sua disposição para atuar também no magistério? Por que sua entrada na Instituição foi enquanto técnico-administrativo...

Vilmar Thomé:

Exatamente. Como a maioria denomina: “funcionário”. Assim que assumiu a Direção, o Prof. Wilson incentivava, queria que eu desse aula, mas naquele momento eu não queria, não me sentia inteiramente preparado. Num segundo momento, o professor Mário Kessler assumiu o departamento. O Mário tinha sido paraninfo da turma da minha formatura e nós tínhamos uma boa relação, tanto enquanto ex-aluno, quanto por trocas profissionais. Ele convidou, insistiu, mas novamente eu disse não. Num terceiro momento, em 1993, ano da implantação da universidade, o Prof. Wilson já chegou com o documento pronto: “agora tu não tens mais opção, assina aqui, contrato professor TI-40 horas”. Por que é o que aconteceu muito naquela época, a UNISC precisava de professores com tempo integral de dedicação, quem queria 40 horas tinha que assumir o compromisso em fazer especialização. Eu já tinha feito especialização, logo que concluí a graduação, fiz especialização em finanças. Eu já era especialista, não precisava fazer o esforço que outros colegas estavam fazendo. Assim, em 1993 eu comecei a dar aula de contabilidade pública. Logo depois passei a dar aula na área de finanças. E logo após atuei também como docente no lato sensu, onde eu trabalhei na área de finanças, estratégia e liderança.

Essas novas atividades na condição de professor ajudaram muito no meu desenvolvimento; eu estudava muito, pesquisava conteúdos adjacentes, aprofundei os conhecimentos técnicos ao mesmo tempo que buscava novos conhecimentos em áreas paralelas de finanças e gestão. Em 1993 eu já estava há nove anos trabalhando na APESC/FISC/UNISC e tinha participado do processo de constituição da UNISC, o que me proporcionou boa visão dos aspectos acadêmicos de constituição de uma universidade comunitária. Minhas aulas nunca foram improvisadas, eu planejava e organizava os conteúdos com bastante antecedência e revisava antes das aulas. Para as aulas na especialização aprofundei bastante os conhecimentos de estratégia, de planejamento e de liderança, complementando os aspectos técnicos específicos de contabilidade e finanças. Assim, com esses novos temas diferentes, acabei desenvolvendo um terceiro substrato, unindo o contábil/financeiro com o acadêmico e adicionando outros temas de gestão, como estratégia/liderança.

Também em 1993 recebi o convite do Prof. Wilson e do Prof. Campis para ser o Pró-Reitor de administração da UNISC, que aceitei prontamente. Iniciou aí uma nova etapa na minha trajetória profissional. Logo de início uma surpresa: uma ação oriunda do Conselho Regional de Administração questionava minha condição de Pró-Reitor de Administração, sendo contador de formação inicial na graduação. Segundo informações da época, a ação foi patrocinada por pessoas que estavam alinhadas com o grupo que havia perdido o processo

eleitoral da APESC algum tempo antes. Apresentada a defesa, o processo foi prontamente arquivado pelo CRA, encerrando-se aí esse capítulo inicial.

Entrevistadores:

Quem era esse grupo?

Vilmar Thomé:

Pessoas próximas do grupo que estava anteriormente no comando da APESC.

Entrevistadores:

Mas que expressava conflitos políticos naquele momento...

Vilmar Thomé:

Políticos partidários e políticos institucionais. Mas eu sempre me pautei pela defesa dos interesses da APESC e da UNISC; a situação foi rapidamente contornada, sem sequelas. Não contra mim, não era especificamente, mas era contra o conjunto que se estabeleceu.

Assim, comecei minha trajetória como pró-reitor de administração, mandato do Prof. Wilson como Reitor; depois, também fui pró-reitor nos dois mandatos do Prof. Campis, na condição de Reitor. Após a eleição no final de 2005, fui Reitor por dois mandatos, de 2006 até 2013. Minha atividade nos últimos sete anos está na condição de Diretor-geral do Hospital Santa Cruz - HSC.

Sempre gostei dos movimentos da política acadêmica, tanto na UNISC quanto nas entidades representativas; e agora também nas entidades representativas dos hospitais/hospitais de ensino. Vou descrever essa trajetória também.

O Prof. Wilson, por exemplo, participou da criação do COMUNG e assumiu o protagonismo nas atividades do COMUNG. Depois, o Prof. Campis também, tanto no COMUNG quanto na ABRUC. Ambos abriam espaços para os demais integrantes da Reitoria participarem de reuniões do COMUNG ou ABRUC. Não integrei a direção do COMUNG, minha trajetória nas entidades representativas do segmento iniciou no Conselho Fiscal da ABRUC.

Na ABRUC eu era do conselho fiscal, mas eu participava das reuniões da direção, acompanhava as atividades nos ministérios, com secretários nacionais, com entidades.

Um segundo espaço surgiu, um convite para assumir a condição de vice-presidente da ABRUC. Nesse momento aqui eu estava na condição de Reitor. Fui vice por dois anos do Frei Gilberto, que era reitor da Universidade Franciscana, de São Paulo, Confessional Católica. Entendo que essa condição proporcionou outra camada em minha formação na prática de gestor: a convivência, na ABRUC, com a lógica de gestão das Universidades Confessionais, tanto católicas, quanto evangélicas. Lembro de citar em outro momento que esse momento foi

uma “foto com flash”, vários aspectos de gestão acadêmica ficaram mais evidentes a partir desse momento.

Outro momento importante veio a seguir, quando assumi a condição de presidente da ABRUC por dois mandatos, durante quatro anos. A grande construção desse período foi a “lei das comunitárias”. O Prof. Campis e o Prof. João Pedro tiveram forte participação nas aproximações políticas com o Ministério da Justiça e com o Ministério da Educação naquela época.

A articulação interna na ABRUC foi extremamente bem sucedida. Conseguimos unir todos os segmentos; dezenas de Reitores participaram da sensibilização dos congressistas, evidenciando a importância da aprovação do marco legal das comunitárias. Foi um período de grande crescimento em termos de relacionamento e de ação política institucional. Lembro de ter viajado para várias partes do Brasil, buscando consenso no texto proposto e demonstrando a importância da aprovação do projeto. Destaco que no Rio de Janeiro tínhamos na PUC-RJ, instituição jesuíta, com a liderança do Padre Jesus Hortal, que foi um importante articulador do projeto, juntamente com os Reitores da PUC-RS, UNISINOS, PUC-PR, PUC-MG. Todos os Reitores do COMUNG e da ACAFE-SC também foram muito participativos nas articulações e na busca de apoios para os projetos. Nos diversos momentos de articulações também teve enorme importância a participação do Aguilera, secretário executivo da ABRUC. As maiores resistências estavam no segmento público, em especial nas universidades Federais, que viam toda aquela movimentação do segmento comunitário como uma ameaça. Dentro do MEC encontramos fortes aliados, como o Ministro Haddad e o secretário executivo Paim; entretanto, também fortes resistências em outros componentes das diretorias e coordenações.

Entrevistadores:

Vocês enfrentaram uma leitura bem estatal mesmo, né!?

Vilmar Thomé:

Sim, o MEC era dominado por uma visão de que não sendo público não poderia receber apoio governamental, não poderia acessar programas de qualificação e desenvolvimento. Mas tinha que dar certo. E deu certo. Na esteira do projeto de lei das comunitárias encaminhamos várias pautas para acesso a programas públicos, e fomos muito bem sucedidos. A lei das comunitárias acabou sendo aprovada no final de 2013, mas muito antes dessa data alcançamos várias conquistas importantes. Nessa fase, cresceu a inserção das instituições comunitárias em programas públicos. Crescemos com o FIES, pagamos nossas dívidas acumuladas, investimos em estruturas. Construímos as condições de acesso a diversos outros programas. Teve também nossa inserção no PIBID. O PIBID era só para as públicas, alcançamos a possibilidade para as comunitárias. Outro excelente programa, o PARFOR, também passamos a acessar. O PROEXT também, esse programa com menor impacto. Também alcançamos mais editais no CNPQ, na CAPES, mais editais na FINEP. Temos prédios do campus que foram construídos

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<56-83>, Ago./Set. 2021

com recursos da FINEP, por conta dos nossos doutorados, sempre via Editais possíveis para as Comunitárias. Acessamos recursos via emendas parlamentares para a Educação, fato raro, muito difícil de ocorrer devido às barreiras internas no MEC. Na UNISC recebemos recursos para montagem de vários laboratórios de ponta, que constituem ainda hoje um dos nossos centros de excelência. Importante destacar ainda, voltando ao FIES, que o pré-projeto nasceu aqui na UNISC, a pedido do Ministro Haddad, com redação inicial do Prof. Eltor, Prof. Jaime, Prof. Egardo e eu. Após, participamos, Prof. Jaime e eu, em inúmeras reuniões de formatação do programa, no MEC e no Congresso. No âmbito interno da ABRUC conseguimos neutralizar algumas vozes mais agudas, com ataques ao modelo público devido a seus elevados custos de manutenção, muito superiores aos custos das Comunitárias, nem sempre com o mesmo resultado proporcional em termos de retorno para a sociedade. Um projeto que não conseguimos concretizar foi o chamado “projeto de compra de vagas ociosas”. Dessa forma, nas regiões de atuação das Comunitárias, o MEC não precisaria abrir novas universidades federais, destinando esses mesmos recursos para regiões do Brasil que estavam, e estão até hoje, desassistidas em termos de educação superior de qualidade.

Entrevistadores:

Professor Thomé, nos permita aproveitar esse momento de sua fala. Aproveitando, inclusive, sua formação enquanto contador: em sua leitura esse argumento tem fundamento, ou estamos falando de processos institucionais diferentes, que requerem aportes diferentes? Ou seja, o volume de, digamos, “irracionalidades” das universidades federais é tão grande ao ponto de o modelo poder ser questionado em sua sustentabilidade?

Vilmar Thomé:

O volume de recursos investidos não encontra respaldo no retorno proporcional à sociedade, seja em atividades sociais, ações comunitárias, seja na outra ponta, em termos de tecnologia, inovações e de desenvolvimento de inteligência genuinamente brasileira, que represente uma ruptura com nossa dependência de tecnologias, que drenam recursos da sociedade brasileira em favor dos países mais desenvolvidos, aqueles que investem em pesquisas e parcerias que dão retorno social e econômico em larga escala. Temos dispersão de recursos, eles são distribuídos linearmente, não há direcionamento, foco em instituições que apresentem centros de excelência, em condições de figurarem entre as melhores do mundo. Nós não temos reconhecimento em grau de excelência global. Temos universidades públicas de enorme respeito, como a USP, a UNICAMP, temos a federal do Rio Grande do Sul, outras federais no estado e no Brasil muito bem estruturadas, mas não temos destaques de padrão internacional para além de algumas poucas. Assim, permito-me avaliar que as Comunitárias, em termos de ensino e ação comunitária, estão muito bem preparadas para atender as necessidades do Brasil, e poderiam ser melhor financiadas, com mais bolsas públicas para ampliar o acesso; e,, em termos públicos, poderíamos ter dez, doze instituições de excelência global, para gerar ciência, tecnologia, inovações que nos colocassem em maior grau em condições de competir e nos sustentarmos de maneira mais adequada. Nós não temos dez universidades públicas que

se destacam na América Latina. Nós não temos dez universidades públicas que se destacam no Hemisfério Sul do mundo. E quando comparamos com o Hemisfério Norte, quando se compara com a Ásia, então, quase desaparecemos. Então é muito recurso envolvido para um pequeno retorno “made in Brazil university”. O Brasil precisa repensar o seu modelo, definir centros verdadeiros de excelência, investir muito nesses centros, muito mais do que investe hoje; diminuir investimentos com recursos públicos em instituições que não atingem esse grau de excelência, ou seja, reorganizar o sistema federal de educação.

Um outro aspecto que merece uma discussão profunda é o atual modelo de financiamento das instituições públicas, 100% gratuito para todos, independentemente das condições econômicas das famílias. Precisamos discutir isso, discutir esse modelo. Num critério de renda, alguns estudantes das instituições públicas poderiam pagar uma parte do custo, ainda mantendo-se bolsas para os de menor renda, inclusive com muitas bolsas de 100%. Com os recursos arrecadados dos que podem muito em termos financeiros poderemos ampliar as bolsas para os interessados em estudar em universidades comunitárias; ou seja, teríamos mais estudantes no sistema federal e, ao mesmo tempo, menos recursos públicos investidos. Assim estaremos mais perto da justiça social por meio da educação, pela inclusão de mais jovens na educação superior de qualidade. O Brasil precisa criar programas robustos de inclusão na educação. Não existem recursos suficientes no orçamento público, então, vamos avaliar, dividir essa conta com aqueles que acessam a educação pública e poderiam pagar uma parte do custo para possibilitar a inclusão dos menos abastados do ponto de vista financeiro.

Temos outras anomalias para enfrentar. Cito uma da lógica da tributação, dos impostos que pagamos, ou não pagamos. Quero dizer o seguinte: pagamos elevados impostos sobre alimentos que consumimos, imposto de renda sobre salários, ao mesmo tempo que dividendos, ou seja, divisão de lucros estão isentos de pagamento de impostos. Ou seja, é renda e não paga imposto de renda; o salário mensal paga imposto de “renda”. Evidentemente, essas distorções afetam a sustentação do nosso modelo de educação, nossas mazelas sociais persistentes também passam por aí. Assim, temos distorções no momento de arrecadar recursos e distorções no momento de aplicar os recursos.

Entrevistadores:

Mas, em termos de modelo, então, de sustentação do ensino superior no Brasil, sua posição é favorável a um sistema que contemple uma contrapartida, por exemplo, a partir da renda do estudante?

Vilmar Thomé:

Exatamente, um escalonamento, por exemplo: bolsas de 100% para os mais necessitados, que seriam a maioria; bolsas menores para detentores de mais renda; e custo integral para os detentores de altíssima renda, de patrimônio elevado.

Entrevistadores:

Gostaríamos de retomar alguns aspectos de sua trajetória enquanto gestor na UNISC. Enquanto Pró-Reitor e enquanto Reitor. É muito importante, a partir dessa sua experiência, ouvirmos sobre a sua leitura acerca da Universidade, desde seu caráter mais normativo até a nossa experiência local, a própria UNISC. E ouvirmos, nessa direção, também dos momentos de decisão, nos momentos de crises e de necessidade de criar alternativas gerenciais, acadêmicas, políticas. No nosso caso, podemos inclusive lembrar de alguns momentos, 2003, 2004, por exemplo, quando foi construída a partir da Reitoria (e você estava na Reitoria naquela época) uma proposta de redução salarial. Ou seja, queremos também ouvir sobre como se enfrenta crises em processos de gestão universitária? E aí se coloca outra questão, mas diretamente vinculada a essa primeira: como você visualiza o que seria um desenho futuro de uma instituição comunitária, como é o caso da UNISC?

Mas também se emendam outras questões por aí. Dentre as entrevistas que fizemos para esse número especial da BARBARÓI, uma delas foi com a professora Mirian, que atuou no curso de Serviço Social na UNISC. Ao colocarmos a experiência do curso na modalidade em EAD, a professora colocou em questão a relação entre ensino à distância e os compromissos comunitários numa Universidade que, afinal, se quer comprometida com as comunidades locais e regionais nas quais atua. É uma boa questão. Em sua visão, a adoção e a ampliação do EAD altera os nossos vínculos e a nossa base para a identidade comunitária?

E é claro, tem a questão central no projeto inicial, deste número da BARBARÓI, que é a questão das humanidades na formação universitária. E daí, se nos permite, enquanto professores das ciências humanas, mas também enquanto participantes de um projeto de redefinição das bases de formação universitária (como é o caso da Reinvenção Pedagógica), somos pessimistas, pois o que estamos assistindo é um movimento de desaparecimento na formação universitária de determinadas tradições disciplinares, da sociologia, da antropologia, da filosofia. Ou seja, num futuro próximo, muito provavelmente não teremos na universidade a exigência formal de um professor com carreira específica em sociologia, em antropologia, em filosofia. Então, de alguma forma, gostaríamos de ouvir uma refutação a essa nossa visão acerca dos acontecimentos e do lugar que as ciências humanas ocupam nessas dinâmicas de mudanças na Universidade.

Vilmar Thomé:

Naquele momento inicial, vivemos todo desafio de construção da universidade com a implantação do campus físico, com a implantação de muitos cursos de graduação, o início da implantação do *stricto sensu*, que já tinha começado com o programa de desenvolvimento regional. Então, o que fica daquele primeiro momento, que é o primeiro momento de UNISC também, é a estruturação, é a construção de uma instituição, inicialmente muito pequena, que se transformou em uma referência nacional com o passar dos anos, a partir daquele momento inicial de UNISC, e, também, do momento especificamente da década de 1980, da FISC.

Porque esse nascimento da UNISC, em 1993, primeiro momento de UNISC, que é do início da década de 1990, na minha visão ele nasce no início da década de 1980, com a implantação

do plano de carreira do pessoal docente, com a busca de contratação de professores do regime de trabalho de tempo integral e parcial, com a destinação de horas de pesquisa, de extensão, com organização de uma estrutura universitária dentro da FISC, e que foi se encorpando, se transformou num projeto, o projeto foi aprovado e foi implantado. Então, nas décadas de 1980 e 1990, elas são continuidade de um projeto. Eu enxergo elas profundamente conectadas. Com forte presença da área de Humanidades, da área de formação de professores, da área de gestão e negócios e da área de direito.

Depois, no segundo mandato como pró-reitor, que foi de 1998 até 2001, começou a se moldar no horizonte o contorno do fantasma do mercado, da concorrência das instituições particulares. Começou a se moldar longe, nos grandes centros, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, começou a se moldar um novo momento, uma sombra que com o passar dos anos alcançou todos os recantos do Brasil. Começamos a ouvir o barulho dos trovões, começa a enxergar os raios descendo, começa a soprar o vento. Mas ainda não se sabia muito bem quando aquela tempestade chegaria, se ela iria para outra direção ou se ela nem iria nos alcançar. Parecia muito distante. Olhando e contando esses anos todos, 20 anos, parecia muito distante. E o que aconteceu? Logo ali no terceiro mandato como pró-reitor, segundo mandato do Prof. Campis como Reitor, chegou em Santa Cruz do Sul, foi muito rápido, se instalou em Santa Cruz do Sul a Faculdade Dom Alberto. E na sequência outras IES na modalidade EaD, o que afetou profundamente a UNISC, naquele momento inicial, os cursos de Direito, Administração e Contábeis. Era o modelo deles, eles chegavam com esse pacote de cursos. Direito, era mais difícil de conseguir, então começavam com Administração, Contábeis, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e o Direito.

Após chegamos naquele momento que vocês falaram, 2003, 2004. Não foi esse o momento no ajuste nos salários, no corte nos salários, foi em 2007. Em 2003, 2004, o reitor era o Prof. Campis, eu era o pró-reitor; e já fruto desse movimento no final da década de 1990, nos grandes centros, em seguida, em 2001, 02, 03, em Santa Cruz do Sul, foi muito rápido. Nós realizamos ajustes internos em várias áreas, no plano de carreira, em despesas operacionais, em investimentos, foram vários ajustes. Bom, o que aconteceu é que todas as IES comunitárias passaram por ajustes profundos. A PUC, a UNISINOS, a UCS, a UNIJUÍ, a UPF e todas as demais procederam ajustes. Algumas IES foram mais afetadas inicialmente, como é o caso da UCPEL. A região de Pelotas foi muito afetada, foi a primeira inserção forte da Anhanguera no RS, que se instalou presencialmente em Pelotas e Rio Grande. Em seguida em Passo Fundo.

Após, a partir de 2006, por duas gestões, até 2013 assumi a gestão da UNISC na condição de Reitor. No início de 2006 nós projetamos que passaríamos a enfrentar a nossa maior crise de sustentabilidade do modelo comunitário, com evidente afetação das condições financeiras. Era uma crise de enfrentamento à concorrência de um novo modelo, muito agressivo em termos de mercado. No segundo semestre de 2006 realizamos uma comparação dos planos de carreira de todas as universidades comunitárias do RS, e foi quando percebemos que estávamos muito à frente em termos de remuneração, à frente inclusive de IES muito maiores do que nós; ou seja, nosso custo nesse item estava muito acima da média. O nosso avanço de

remuneração para os doutores era muito maior do que o que estava no acordo coletivo do SINPRO e muito maior do que o avanço observado das outras instituições. O nosso piso salarial também era muito maior do que o piso do SINPRO, e maior que o valor praticado pelas outras instituições. Com algumas exceções. Por exemplo, a PUC, em final de carreira, tinha uma remuneração maior do que a UNISC, mas a PUC já tinha vários programas de stricto sensu em funcionamento e o seu tamanho era muito maior do que o nosso. Esse fator, em especial, nos levava a ter um custo médio maior que as demais IES comunitárias, e exigia mensalidades mais altas, o que em período de concorrência crescente, baseada em baixos preços, era um fator determinante de graves dificuldades de sustentação da instituição que, naquele momento, já apresentava elevado endividamento acumulado.

Então, já em 2007, concluímos que não cabia mais a lógica dos ajustes pontuais. Nós estávamos trabalhando com um cenário e, naquele momento, decidimos mudar de postura, de fato, trocamos a expressão “ajuste” e utilizamos a expressão “corte”. Corte real de custos. Projetamos naquele momento que precisávamos de no mínimo 10% de redução.

Foi marcante. Apresentamos a proposta. Aprovamos com mais de 80% dos votos favoráveis dos professores em assembleia do SINPRO. Efetuamos um corte de 10% na remuneração do pessoal docente. Pouco tempo depois, em outro acordo com o SINPRO, em sentido contrário aumentamos a remuneração em 5% para a maioria dos professores. Isso também não pode ser esquecido, também precisa ser registrado.

Esse movimento fez com que nós parássemos de depender de dinheiro novo de banco a partir do final de 2008; no segundo ano de implantação do novo plano de carreira do pessoal docente conseguimos encerrar o ano com equilíbrio financeiro. Nós tínhamos compromissos de empréstimos e financiamentos de anos anteriores, operações de crédito que garantiram nosso crescimento inicial; financiamentos para construção de grande parte do campus, equipamentos, laboratórios, implantação das estruturas que vocês conhecem, tijolo a tijolo, equipamento a equipamento, e também tínhamos empréstimos para capital de giro, decorrentes de déficits em anos anteriores. Em síntese, aquele movimento fez com que nós conseguíssemos diminuir o endividamento, que estava muito alto, apresentando sérios riscos.

Já a partir de 2009, 2010, começamos a sentir os efeitos positivos do FIES, então em fase implantação no Brasil, tendo a UNISC aderido desde o início. Assim, nós conseguimos estancar uma situação de endividamento, começamos um período de geração de sobra de caixa, diminuimos drasticamente o endividamento e seguimos na implantação do projeto, e nos investimentos em qualificação da instituição. Com o FIES, estudantes que nunca pensaram em estudar numa UNISC passaram a estudar na UNISC. Estudantes que estavam em outras instituições transferiram a matrícula, vieram para a UNISC. A reconhecida qualidade da UNISC, mais a possibilidade de financiamento estudantil, gerou um movimento favorável.

Ao mesmo tempo que realizamos os ajustes e cortes de custos, no aspecto interno, também encontramos ambiente externo favorável, a convergência das políticas públicas amigáveis

para o segmento comunitário, e o FIES foi uma delas, depois veio o PIBID, já narrei isso, PROEXT, FINEP, CNPQ, outras, várias linhas se abriram (todas essas ações já narrei quando apresentei o processo de tramitação da lei das comunitárias).

A lei das comunitárias acabou sendo uma esteira que acelerou a adoção de outras políticas públicas, acabou sendo aprovada no final de 2013. Um outro aspecto que não relatei até o momento foi a aproximação com a CAPES no tema da avaliação. Enquanto representantes do modelo comunitário, por meio da ABRUC, fomos parceiros dos processos de avaliação de cursos e das instituições. Fomos críticos construtivos, mas a primeira palavra, nesses seis anos que eu estive na direção da ABRUC, sempre foi “apoiamos”, por conta da visão que precisamos de qualidade de alto padrão, e a avaliação é um instrumento, não é perfeito, mas é um meio reconhecido para melhoria contínua de nossas atividades acadêmicas e administrativas.

Entrevistadores:

Para aproveitarmos essa perspectiva cronológica que nos oferece, gostaríamos de voltar aos dois primeiros períodos relatados, ainda como Pró-Reitor. Em suas palavras, o primeiro período foi marcado pelo desafio da construção, quando não havia ainda uma pressão do mercado, da competição com instituições privadas, presentes inclusive em Santa Cruz do Sul. E o segundo período, então, já com uma perspectiva de atuação num mercado cada vez mais competitivo, com a presença de instituições privadas propondo, inclusive, modelos de organização da formação universitária. Como essa mudança repercutiu nas concepções de universidade, mais especificamente na concepção de universidade comunitária que até então tinha animado o processo de condução da experiência na UNISC?

Vilmar Thomé:

Na questão do ideário da universidade comunitária, fora os aspectos legais, no modelo UNISC, destaco, três palavras que nos acompanham desde os momentos iniciais do projeto: (i) transparência, indicando que as informações, inclusive as financeiras, circulam livremente no conjunto acadêmico, incluindo estudantes. (ii) Descentralização, nosso modelo foi estruturado com divisão de poderes entre Reitoria, Departamentos, Cursos, Programas, estudantes, comunidade, funcionários administrativos, de forma que nenhum segmento isoladamente tem maioria nos conselhos superiores, nas decisões de maior impacto institucional. E (iii) participação: decisões colegiadas em todos os níveis, inclusive na reitoria, participação de todos os segmentos na elaboração do planejamento anual, orçamento anual, PDI e outros momentos estruturantes.

Essa estrutura, essa lógica de gestão continua existindo. Claro, nós temos uma estrutura departamental diferente, mas a transparência das informações continua igual, a participação continua em todos os segmentos, não vejo nenhuma perda de qualidade nessa visão. O que mudou foi o que vocês colocam em termos de pergunta. A existência de concorrência, de concorrência de mercado, a existência de concorrência por preço, a existência de concorrência

predatória, exigiu uma mudança de postura em relação à velocidade na tomada das decisões estratégicas. E assim, à medida em que nós temos que acelerar, a gente acaba tendo que diminuir o tamanho dos conselhos, diminuir o número de eventos preparatórios, e acaba criando uma percepção, especialmente para quem vivenciou o momento anterior, de que houve uma mudança de característica - não houve. Continua existindo a mesma transparência, continua existindo muita participação, o número de estruturas mudou, a nomenclatura delas mudou. A estrutura está mais enxuta, tanto na reitoria como na administração básica, tanto na gestão superior quanto na gestão básica, os conselhos também estão menores. Então, nesse sentido, a grande questão que foi afetada naquele modelo clássico anterior é que não havia mais condições de se ficar discutindo dois anos a implantação de um curso e se ficar discutindo dois anos a alteração de estrutura curricular, ou de projeto pedagógico de um curso, ou mesmo de um PPI institucional. Não há mais esse tempo, a dinâmica está extremamente acelerada. Temos que manter a tradição da transparência, da descentralização e da participação e, ao mesmo tempo, temos que ser mais ágeis, mais eficazes, mais estratégicos.

Entrevistadores:

Mas nos permita uma provocação: essa exigência de maior rapidez relativiza essas três dimensões colocadas como referência. Ou seja: se transparência, descentralização e participação são indicadores do que é o caráter da universidade comunitária, o quanto a exigência de otimização cria tensões para esses três critérios?

Vilmar Thomé:

Eu não diria que relativiza. Na transparência eu não percebo perdas, todos os mecanismos, todas as ferramentas de transparência, eu entendo que estão presentes até hoje. Claro, talvez com a mudança de perfil do corpo docente, com a mudança de perfil da estrutura organizacional, algumas pessoas entendam que mudou. Eu respeito, mas não concordo. Basta olhar a nossa Intranet, a intranet, se olhar vai encontrar todas as nossas informações internas, é um mundo à disposição; e não encontrando é só solicitar que as informações são disponibilizadas imediatamente. Agora, evidente, se a gente, ao invés de ter cinco reuniões, tem três, se um grupo da reunião em vez de ser 50 pessoas, vai ser de 30, o volume de pessoas participando é menor e o volume de horas/reunião é menor. Mas, por outro lado, quando se fazia diagnóstico interno, aparecia muito o indicativo: “é muito demorado, processos muito lentos, um custo enorme de horas/reunião”. Então, o diagnóstico ao longo do tempo também foi levando à conclusão que se estava investindo muito tempo e muita gente para discutir as mesmas coisas; e que talvez isso não estivesse gerando eficácia, retornos que justificasse o custo-benefício; ou seja, também internamente percebemos que a lentidão era um problema a ser enfrentando.

É difícil equilibrar essa balança. Mas o fato é que, hoje, os projetos das instituições do mercado, eles surgem hoje para começar em julho. As instituições comunitárias não ficam nem sabendo do que está acontecendo na sua cidade. Às vezes, a gente fica sabendo com dois

meses de antecedência, três meses, pouco tempo, não se fica sabendo agora, em 2021, o que eles vão fazer em janeiro, março de 2022. Porque talvez eles nem tenham essa projeção ainda. Essa é uma característica muito diferente. Eles fazem parcerias, eles trazem pacotes prontos de outros lugares e implantam aqui. Esse é o modelo de mercado que temos que enfrentar.

Então, a reação tem que ser acelerada. Reação, reagir significa já estar correndo atrás. Para sermos uma instituição proativa, bom, muito mais difícil ainda, porque com a nossa transparência, com o nosso volume de participação, com o nosso volume de descentralização, as nossas ideias, as nossas visões estratégicas, os nossos movimentos para 2021, para 2022, precisamos correr para aprovar tudo no segundo semestre, essa é a nova realidade. Quando nós começamos a discutir, dar os primeiros passos, a concorrência, o pessoal de fora vai ficar sabendo rapidamente, se a gente não se cuidar, eles já estão copiando antecipadamente, adaptando ideias nossas, projetos que iríamos implantar são implantados antecipadamente pela concorrência. Eles começam as atividades de ensino nos doze meses do ano, por qualquer disciplina, são flexíveis, adaptativos. Então, Marco e César, sim: nós temos uma estrutura mais compacta, ela está mais compacta no sentido horizontal, no sentido vertical, temos menos estruturas, temos menos gente reunida, portanto, é um jeito diferente de fazer, mas mantendo a espinha dorsal, os princípios e valores. Descentralização existe, a participação existe, a transparência existe, os mecanismos internos de controle existem, a possibilidade de acionar diretamente a reitoria e até o gabinete da reitora, tudo continua existindo. A ADUNISC tem canais, a AFUNISC tem canais, o DCE tem canais, a comunidade tem canais, os departamentos têm, os cursos têm, as pessoas até individualmente têm canais diretos para tratar de questões que, em outros lugares, é bem mais difícil, ou até inacessível.

Entrevistadores:

Poderíamos colocar outra dimensão, além dessas três que estão consideradas: a dimensão da “relação com a comunidade”. Qual é a dinâmica dessa relação, em especial quando se pensa em contextos de maior pressão por competitividade no mercado. Que se expressa na organização da Universidade, dentre outras questões, numa maior cobrança quanto à autossustentabilidade econômica e financeira das atividades propostas e realizadas.

Podemos dar um exemplo diretamente vinculado ao Departamento de Ciências Humanas; o NUPES. O NUPES sempre teve uma demanda por pesquisas de interesse de setores populares, movimentos sociais, segmentos que não necessariamente têm condições de financiar os custos de uma pesquisa social. Na história do NUPES, a questão da sustentabilidade econômica e financeira levou ao distanciamento em relação a essas demandas, priorizando aquelas pesquisas cujos demandantes pagavam os custos das pesquisas.

Daí a questão, então: as exigências relacionadas à maior competitividade no mercado, às pressões por otimização, racionalização, sustentabilidade econômica e financeira das

atividades, são compatíveis com os compromissos que decorrem da “relação entre Universidade e Comunidade”?

Vilmar Thomé:

Olha só que coisa interessante! Eu vou ligar essa questão do NUPES à Orquestra, porque essa semana eu assisti a homenagem da Orquestra para o aniversário da UNISC. Não sei se vocês assistiram também a apresentação deles. Vejam, a Orquestra da universidade continua existindo, está ótima, cada vez melhor, mas ela é diferente da Orquestra que foi implantada lá atrás. Ela é diferente. Não é a mesma estrutura, não é a mesma composição. E existe alguma pressão, e talvez alguns sintam isso como tensão, mas há uma pressão em captar recursos e doações, oriundos da lei de incentivo à cultura, por exemplo. E certamente algumas pessoas ficam pensando: “mas e se a Lei Rouanet desaparecer de vez”? Ou a lei de apoio à cultura, não vamos citar a Rouanet, “como é que fica”?

Então, tanto o NUPES, quanto diversas outras atividades, não apenas as de inserção comunitária, precisam se adaptar à nova realidade de escassez de recursos financeiros. Muitos projetos estão mantidos, a UNISC tem profunda inserção social, projetos na área do esporte, grande inserção na área da saúde, projetos no meio rural, projetos de apoio a microempresas, de empreendedores individuais. Estão todos dentro da missão de uma universidade comunitária. Mas, evidentemente, quando o aspecto econômico vai apertando, exige de todas as atividades, de todos os segmentos, um ajuste imediato a nova realidade, não enfrentar não vai resolver a situação, ao contrário vai piorar.

Entrevistadores:

Mas há risco de perda da identidade? De o mercado, por exemplo, condicionar uma aproximação das Comunitárias com um modelo tradicionalmente privado?

Vilmar Thomé:

Não há risco de perda de identidade. A UNISC continua sendo referência de inserção comunitária, continua sendo referência quando comparada a outras ICES, inclusive maiores. Em volume de estudantes, as particulares superam em muito as comunitárias. As IES particulares crescem constantemente há vários anos; as comunitárias, ao contrário, perdem estudantes ano após ano. Assim, é evidente que o modelo comunitário está sofrendo muito, está buscando adaptações constantemente, é uma realidade de vários anos, em breve teremos uma década de recuo no número de estudantes nas comunitárias. Ignorar esse fato é negar a realidade, é fugir da necessidade de adaptação. Agora, em relação ao modelo comunitário, em relação à identidade comunitária, ao contrário, percebo a manutenção e, até, em algumas áreas, a ampliação da relevância social das ICES. Somos atuantes e relevantes em múltiplos campos, em múltiplas áreas: escolas, saúde, meio rural, ação social, apoio aos pequenos empresários, questões ambientais, esporte, cultura. Então, quanto mais a dimensão ensino estiver conectada com essa ação comunitária, quanto mais a sala de aula também estiver fora dos nossos muros, mais fortes nós seremos, maior será nossa presença na comunidade. Então,

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<56-83>, Ago./Set. 2021

tem a extensão clássica, tem as horas de extensão, as estruturas de extensão, agindo com e na comunidade, o ensino também, em grau crescente, como ação comunitária, a pesquisa, igualmente, com ação comunitária, a gestão fomentando e agindo no fortalecimento da visão e ação institucional comunitária. Então, as nossas raízes comunitárias estão muito profundas, nunca foram tão importantes para a identidade das ICES; a UNISC está fortalecida na comunidade. Em algum momento, no futuro, encontraremos novamente condições mais favoráveis para o desenvolvimento de ações conjuntas com o poder público; condições de retomada de diversos programas públicos que reforcem o papel e a identidade comunitária.

Portanto, o reforço das características, da identidade comunitária depende também de fatores externos. Do ponto de vista interno cabe aprofundar, encorpar, destacar a relação comunitária, a ação comunitária ampliada gerando a percepção de pertinência, de relevância do modelo. Nós somos únicos. Nisso nós somos únicos! Vejam, no ensino de graduação, no ensino presencial, no ensino EAD, no lato sensu, temos trinta, quarenta IES ofertando vagas ao mesmo tempo. Na ação social, na ação comunitária, na inserção institucional por meio do ensino, da pesquisa, do stricto, da extensão e da gestão institucional, encontramos o nosso grande diferencial competitivo, o grande diferencial de sustentabilidade.

Entrevistadores:

De qualquer forma, sempre teremos a questão da sustentabilidade econômica e financeira das atividades realizadas pela Universidade. E daí uma questão: por que não conseguimos fazer com que essas atividades, tão importantes para uma universidade comunitária, tenham um retorno também sob o ponto de vista da sustentabilidade financeira? Por que nós temos dificuldade de relativizar o peso do pagamento da mensalidade do aluno (praticamente, a única fonte de financiamento das universidades comunitárias)?

Vilmar Thomé:

Esse é um modelo parecido em todas. As ICES apresentam grande dependência de recursos oriundos das mensalidades. Algumas confessionais apresentam maior volume de recursos oriundos de parcerias em pesquisas e outros serviços. Esse aspecto, Marco, César, é um dos desafios que nós podemos transformar em oportunidade. Talvez já estejamos até, porque eu não estou no dia a dia do campus. Mas o primeiro desafio é conter a evasão de alunos, conter a perda de alunos, conter a queda; porque não adianta aumentar as outras fontes se a fonte principal continua caindo; podemos dobrar as outras fontes, se perdemos 10% da fonte principal vamos continuar com o mesmo problema no final das contas. Então, a missão número um é conter a diminuição do nosso tamanho, em estudantes, em pagantes, em mensalidade. A segunda missão é retomar o crescimento da fonte principal, pois ela tem impacto final maior. A terceira missão é ampliar as demais fontes secundárias em volume ainda maior, ou seja, ampliar em termos reais as demais fontes de receitas. Todo esse movimento requer recursos para investimentos, projetos com retornos futuros, ou seja, é um movimento que requer tempo para retorno, e assertividade. É um movimento complexo,

arrojado. Transformar nossas forças, as nossas fortalezas que são os nossos professores, as nossas estruturas, o nosso know how, a nossa cultura e a nossa história, em produtos e serviços que sejam consumíveis e consumidos pela comunidade local e regional, estadual, nacional. Então, esse é um gigantesco desafio em relação ao campo da geração de recursos. E tem um quarto, ainda, que é a ampliação de projetos formatados para captação de recursos externos, a partir de editais, parcerias, associações. Importante lembrar, também, que enquanto os movimentos anteriormente citados estão em construção, em movimento, temos que reduzir custos, reduzir a dependência de empréstimos para capital de giro. É preciso ajustar, cortar, enfim, reduzir gastos e separar recursos para investimentos, sempre em movimento conjunto, para na soma de resultados positivos, mesmo que pequenos individualmente, ser possível, em determinado tempo, que pode ser longo, encontrar um novo ponto de equilíbrio nos aspectos financeiros.

Só que todo mundo está fazendo a mesma coisa, todos estão enfrentando a mesma situação. Todos. Todas as instituições, sejam elas comunitárias ou particulares, todas estão disputando esse mesmo jogo, buscando os mesmos recursos. Todos esses movimentos internos apresentam efeitos positivos, mas eles podem ter efeito pequeno, podem exigir um longo tempo para alcance do reequilíbrio. Temos um outro fator determinante, muito importante, muito decisivo para o sucesso dos movimentos internos acertados: a conjuntura macro-política-social-econômica, das políticas públicas em múltiplas áreas dialogarem mais com o nosso modelo, nós temos mais chance de acelerar esse processo de alcançar esse outro patamar caso os fatores externos melhorem. Estamos vivendo uma crise sem precedentes no cenário externo, em diversos aspectos, que nos impactam fortemente, nos impactam há quase uma década; enfrentar essa realidade externa, por tanto tempo, exige enorme esforço da gestão, da comunidade acadêmica, que vem sendo feito, o enfrentamento está sendo exemplar, na UNISC não falta ação, não falta coragem, mas temos que registrar, o cenário externo é extremamente desafiante, mesmo para gestões muito competentes e arrojadas.

Entrevistadores:

Vinculado diretamente à sua gestão enquanto Reitor da UNISC, pensamos que é muito importante uma avaliação dessa experiência. Qual é o legado de sua gestão? Mas, também, o que ela representa de continuidade e de descontinuidade em relação às gestões anteriores? O que a gestão da professora Carmem representa em termos de continuidade e de descontinuidade?

Vilmar Thomé:

Eu não gosto de fazer análise assim, o que veio do Campis, o que foi para a Carmen, eu fujo permanentemente desse tipo de abordagem, quando relacionada a aspectos de gestão da UNISC e da APESC enquanto conjunto. Quando eu assumi a reitoria, eu recebi um conjunto de situações institucionais que eram derivadas de todo o percurso histórico da instituição. Não é possível fazer cortes de quatro ou oito anos, cada gestor, em seu tempo, atua de forma

colegiada, compartilhada, gerando resultados a partir de um grande conjunto de pessoas, para além da Reitoria, os resultados são da instituição, não só de uma pessoa individualmente. Dito de outra forma, as questões de gestão do presente trazem consigo toda a história da instituição, no nosso caso vem do início da década de 60, 1962, com a constituição da APESC, após faculdades isoladas, FISC, UNISC, até a presente data. Assim, também, na passagem para a Prof. Carmen, em 2014, ela recebeu uma bagagem que não era minha, era nossa; a Prof. Carmen fez parte da Reitoria por muitos anos antes de assumir a Reitoria, o Prof. Campis também, e eu da mesma forma, e todos nós trabalhamos com o Prof. Wilson, o Prof. Wilson participou da gestão superior da FISC antes de ser Diretor Geral da FISC, e assim por diante, e em vários níveis da Instituição. Evidentemente, existem fatos marcantes em cada período, e isso sim, posso comentar alguns. Também é importante ressaltar novamente que as circunstâncias de mercado são sempre diferentes ao longo do tempo, as questões do ambiente externo, da política, da economia, do ambiente global, todos se modificam ao longo do tempo, e exigem ou permitem movimentos diferentes em determinados períodos. Portanto, os resultados são da gestão, são da instituição como um todo, nunca de uma única pessoa, nosso modelo não permite esse protagonismo individual.

A UNISC alcançou uma marca que considero importante no período em que fui Reitor: elevamos a percepção interna e externa do padrão qualitativo da UNISC, tanto em termos de métricas do MEC, quanto nos diversos instrumentos de avaliação interna que empregamos continuamente. Nós chegamos a ser a quarta universidade comunitária no Brasil em pontuação no IGC, o Índice Geral de Cursos, que é a soma das pontuações dos cursos de graduação, mais programas stricto sensu, mais a qualidade do corpo docente, em termos de titulação e em termos de regime de trabalho. Era PUC-Rio, PUC-RS, UNISINOS, UNISC. Foi um movimento estratégico, fundamental para marcar, ressaltar, um traço que sempre esteve presente na FISC e na UNISC. As ICES só conseguem sustentar esse modelo mediante percepção externa de alto padrão de qualidade.

O segundo aspecto é que nós continuamos investindo e formamos uma estrutura incomparável em relação a universidades do nosso porte. Nós éramos referência nacional, nós alcançamos isso. Nós construímos dois blocos com recurso da FINEP porque os nossos stricto sensu estavam com conceito 4 e 5. Aqueles blocos que estão ali perto da biblioteca. Nós conseguimos recursos para o parque tecnológico, ali na frente, os blocos 16, 19, aquele lá atrás do 51 e do 52, porque nós tínhamos excelentes projetos na área tecnológica. Então, as políticas públicas eram mais amistosas. Mas, proporcionalmente, a UNISC conseguiu mais ou muito mais do que as outras universidades comunitárias gaúchas e catarinenses parecidas conosco.

O outro aspecto que posso destacar, também fruto de trabalho coletivo, que já expus com detalhes em perguntas anteriores, foi nossa conexão com as políticas públicas, nós conseguimos muitos recursos financeiros via crédito educativo, que não é diretamente para as instituições, é para o aluno, mas financiar o aluno é elemento chave para nossa sustentabilidade acadêmica e financeira; muitas bolsas via PIBID, PARFOR, para extensão, mais bolsas na pesquisa, conseguimos inserir a UNISC em muitos programas sociais,

educacionais e tecnológicos, captação volumosa de recursos via projetos para espaço físico e equipamentos. Esse movimento gerou um aumento da receita, maior do que o da despesa; e também importante referir novamente: possibilitou o pagamento da quase totalidade dos empréstimos de capital de giro e financiamentos contratados, restando um pequeno endividamento de longo prazo.

Assim, da forma como percebo a gestão superior na UNISC, as conquistas, as realizações são decorrentes de numerosos fatores internos e externos, de dezenas, centenas de atores atuando em conjunto, que somados resumem um período da instituição, da instituição, não de uma pessoa.

Entrevistadores:

Mas vamos aproveitar para colocar a questão das humanidades. Digamos assim: qual é o lugar da formação em humanidades nessas instituições, para que elas respondam aos desafios que o senhor está colocando? E tem os desafios que são colocados pela tendência de aumento dos cursos na modalidade de ensino à distância. Poderíamos pensar, inclusive, num cenário mais “conservador”, de risco de desaparecimento das áreas tradicionais em termos de investigação e de formação de carreiras dentro da UNISC.

Vilmar Thomé:

O que eu vejo é assim: nós caminhamos para oferta de cursos flexíveis, com facilidades de acesso aos estudantes, flexíveis também nas modalidades de oferta, parte presencial, parte virtual, para atividades individuais dos estudantes, parte em ambientes externos de formação, muita atividade prática, tudo adaptável à área de formação. Já não existem mais as modalidades inteiramente presenciais, ou inteiramente EAD. Já temos uma combinação das duas modalidades, e essa prática será expandida até o momento de existir uma única modalidade, sem a delimitação que conhecemos até hoje; modelo 100% presencial já não existe mais, e também não vai haver o modelo EAD, a legislação vai ser alterada e a realidade dos fatos irá se impor. Estamos chamando de híbrido, é um termo que passou a ser falado, mas ele não existe ainda na legislação; mas em breve, com esse nome ou outro será a realidade. Hoje temos, por exemplo, pedagogia na modalidade presencial e pedagogia na modalidade EAD; no futuro teremos pedagogia, não falaremos mais a modalidade e isso valerá para todas as formações. Mas, na prática de hoje, já é esse o modelo na maioria dos cursos.

Então, nessa visão de futuro, evidentemente, as Humanidades estão inseridas dentro desse contexto. Nós vamos ter cursos menos presenciais e mais com mediação tecnológica. A presencialidade continuará sendo um elemento diferenciador no modelo comunitário, mas não será uma proporção 90/10 ou 80/20, será 50/50, ou 33/33/33, considerando presencial, virtual e atividades sem mediação direta do professor, como conhecemos hoje. O modelo integralmente à distância, em que vocês me dão aula e eu assisto as aulas e eu não tenho interação com vocês, esse é um meio que vai diminuindo com o passar dos anos. O outro

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<56-83>, Ago./Set. 2021

meio é a aula dialogada, em que nós não estamos fisicamente próximos, mas nós estamos dentro da casa um do outro; então é um meio diferente. O presencial é muito marcado em atividades chamadas práticas, ou teórico-práticas. Por exemplo, eu não tenho como exercitar uma atividade prática de cálculo aqui na minha calculadora HP, sem que eu consiga demonstrar para os meus estudantes a lógica de funcionamento da matemática financeira. Agora, saber usar a calculadora, por mais complexa que seja, o estudante vai aprender nos manuais, em tutoriais disponíveis na internet, ou por outros meios, não vou investir nenhum minuto para explicar como funcionam as ferramentas, isso está disponível no mundo das finanças e em todos os mundos nas demais áreas. Ainda outro exemplo, na área de finanças: em um período futuro não teremos integralmente um professor Thomé e outros colegas professores dando aula de finanças ou estratégia, porque as aulas serão ministradas, em parte, por expoentes globais dessas áreas. Nós seremos mediadores, tutores, orientadores. Um professor Thomé, que tem experiência e trajetória, para dizer para os alunos “olha, o que nós vamos fazer com isso, agora vocês , a partir de todo esse conteúdo original vão desenvolver...”. A disciplina terá menos horas para “minhas aulas”, pois as referências nacionais e internacionais estarão presentes no PPC dos cursos, serão conhecimentos prévios. Por qual motivo eu vou “ensinar” estratégia, se Porter ou outros teóricos estão acessíveis diretamente aos estudantes, é muito melhor. Meu papel, portanto, continuará importante, mas será muito diferente do exercido no passado e também no presente.

Assim, cada curso, cada área de conhecimento, está se adaptando e precisará aprofundar essa adaptação nos próximos anos. Uma questão que é óbvia: sempre haverá uma curso de ciências contábeis ou de filosofia, ou sociologia, à disposição para que o estudante se matricule, não necessariamente na sua cidade ou região. A matrícula será efetuada inclusive em IES mais distantes; a concorrência geográfica, portanto, será mais acirrada ainda, pois, como a presencialidade será reduzida, os estudantes poderão, com tranquilidade, dar conta da presencialidade em momentos concentrados, cumprindo assim essa parte da carga horária sem precisar se deslocar todos os dias da semana, ou várias vezes por semana. Esse combinado de modalidades, no caso das atividades presenciais, será cumprido de várias formas, o presencial tradicional no campus, mas também o presencial vai ser dentro da empresa, vai ser na escola, o presencial no mundo externo. Na UNISC já temos essa tradição de cumprimento flexível em vários locais, já temos essa flexibilidade

Eu acredito que vai ser uma evolução boa para nós. Muda o perfil da aula, o perfil do docente, muda o perfil do campus, dos laboratórios, das bibliotecas, mas nos aproxima, reforça os grandes elos que nós temos na comunidade. A nova graduação e a nova nova graduação que virá na sequência, serão muito benéficas para a UNISC no enfrentamento da realidade vivenciada nos últimos anos.

A formação em Humanidades está e estará presente no modelo comunitário, percebe-se conexão entre ensino, extensão, pesquisa, stricto sensu, ações comunitárias. Filosofia, Sociologia, Antropologia, outros conhecimentos da área são e serão diferenciadores entre modelos meramente comerciais, para modelos de formação das comunitárias, cabendo a todos os profissionais da área e a todas as instituições demonstrarem com clareza a relevância da

formação em humanidades, como a formação alcança a sociedade no passado, presente e no futuro, qual o impacto na vida das estudantes, qual o impacto da formação de cidadãos, como favorece a atividade profissional. E, também importante, como conectamos a formação em humanidades com o mundo do trabalho; os estudantes estão buscando uma formação, em geral buscam uma forma de sustento, uma perspectiva para si e suas famílias. No aspecto mundo do trabalho, ainda temos majoritariamente o mundo do emprego, e isso precisa ser considerado em qualquer PPC de curso ou disciplina, em todas as áreas do conhecimento. A formação no sentido humano e a formação no sentido da sustentação pelo trabalho, pela geração de renda. Ficam questões: como formatar as Humanidades, como aumentar a percepção de uma área imprescindível, insubstituível para a vida das pessoas em geral?

Formação em Humanidades trabalhando a formação em área de cursos tecnológicos, engenharias, exatas, área de negócios, outras questões: como o estudante estará mais qualificado a partir de uma carga maior de disciplinas na área das Humanidades, para estar mais apto a conviver no mundo e no mundo do trabalho em específico? como que podemos encarar a vida e o mundo de uma forma mais qualificada, mais adequada?

Podemos avaliar também a área de Letras e Literatura, a área de Pedagogia, da mesma forma, como imprescindíveis para um projeto comunitário, como é o caso da UNISC. A área de História também, da mesma forma, indiscutivelmente deve estar presente no projeto de forma perene, assim como um núcleo de ciências, é outro elemento fundamental para constituição e perenidade do projeto institucional.

Entrevistadores:

Em sua opinião, essas novas condições comprometem o processo de ensino-aprendizagem na Universidade?

Vilmar Thomé:

Compromete em parte. Compromete no aprofundamento das relações humanas, compromete o exercício da empatia, compromete o aprofundamento de questões complexas, ambíguas e paradoxais. Compromete o exercício da diversidade, do respeito à diversidade, compromete a capacidade de relacionamentos interpessoais na sala de aula e demais ambientes e formação. É diferente. Nós vamos ter que encontrar meios para compensar isso. E essa compensação valoriza os conteúdos das Humanidades, torna mais relevante a visão do humano nas relações pessoais e profissionais. Essa compensação valoriza um professor que tenha grandes habilidades de relações humanas, que tenha grande experiência comprovada. Assim, as Humanidades, a capacidade de leitura, interpretação e compreensão dos fatos, a visão histórica, em amplos, interconectados e complexos contextos sociais, políticos e econômicos, são fatores determinantes para uma boa formação em uma escola ou universidade; especialmente se considerarmos que estamos vivendo em tempos que retorna ao debate “o mundo da terra plana”. Nós estamos vivendo uma palavra que eu nunca tinha ouvido falar, “negacionismo”. Não era palavra do meu vocabulário, para mim, era uma palavra inexistente,

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<56-83>, Ago./Set. 2021

na minha escuta, na minha percepção. E também um momento de ataques ao meio ambiente, às liberdades individuais. Ou seja, precisamos das ciências, precisamos das humanidades, precisamos dos professores, precisamos dialogar, debater, divergir e evoluir enquanto humanidade; e, para isso, precisamos ampliar nossas habilidades linguísticas, qualificar e incluir pela educação. A educação, em síntese, é o que nos resgatará.

Entrevistadores:

Interessante o que você coloca, quando diz que a gente precisa fazer distinções entre trabalho e emprego. Trabalho remete a uma atividade mais ampla, no sentido da produção e da reprodução da vida, de compreensão das mudanças que ocorrem na sociedade. Daí uma questão, inclusive aproveitando que sua origem, em termos de formação, é uma área mais técnica. A Universidade consegue problematizar essas questões? Pensar no trabalho, mais do que no emprego, por exemplo? Sua fala anterior, inclusive, nos faz lembrar de uma passagem do sociólogo Max Weber. Weber, numa crítica à ciência e à própria Universidade de seu tempo, dizia que há sempre um risco de formação de “especialistas sem espírito e sensualistas sem coração”. Isso, de alguma forma, tem sentido em nosso tempo, quando pensamos na formação universitária?

Vilmar Thomé:

Faz todo o sentido. Essa é uma das formas pelas quais as ICES ampliarão sua presença na formação de estudantes, na pesquisa e na ação comunitária. A formação de especialistas continuará sendo uma das formas de atuação das universidades, mas a distinção entre os vários modelos se dará pelo PPI e pelos PPCs dos cursos e programas e pelas especificidades em outras atividades. A formação do ser humano, profissional, especialista, será um dos elementos diferenciadores na hora da escolha entre uma oferta puramente tecnicista de outra que consegue ampliar o espectro da formação, conferindo contornos mais amplos ao resultado de sua proposta pedagógica. Mas, por outro lado, um dado da realidade presente, do passado recente, é que temos uma fortíssima pressão econômica e financeira sendo vivenciada em todas as ICES, derivada em grande parte pelas ofertas de cursos a preços baixíssimos, gerando redução generalizada do número de estudantes em ICES em todo o Brasil. A cada semestre temos turmas não ofertadas e/ou cursos deixando de ser oferecidos por falta de procura. E isso, repetindo, é um fenômeno nacional, que já vai se aproximando de uma década.

A educação superior, para além das técnicas, está sendo desafiada a superar os enormes abismos observados em vários aspectos da vida. Vivenciamos tempo de superficialismo, de imediatismo, tempo de agressividade, de mentiras espalhadas numa velocidade incontrolável, temos processos de retomada de modelos autoritários, temos a negação de atos autoritários graves do passado, temos a negação de avanços da ciência, vemos a transformação de direitos sociais em algo punitivo, a cultura sendo dirigida por pessoas que, propositalmente, atacam as referências históricas consolidadas. Ou seja, é um processo dramático de desconstrução de

Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.59 - número especial, p.<56-83>, Ago./Set. 2021

conquistas e valores. Precisamos acreditar em uma fase de transição, de retorno à normalidade democrática, de respeito ao humano, respeito ao meio ambiente. E buscamos criar mecanismos, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão, stricto sensu, de gestão, por variados caminhos, numa busca de fortalecimento dos laços com a sociedade. Acreditar na reinvenção, no fortalecimento de ações em “variados mundos”, no mundo social, cultural, empresarial, no mundo rural, no mundo da escola, no mundo da saúde. E conectando todas essas questões com os PPCs dos cursos, programas e atividades desenvolvidas pela universidade. Esse modelo encaixa nas ICES, nossas instituições são parte essencial desse futuro.

Entrevistadores:

Você usou um termo que nos parece interessante: o termo “compensação”. No caso da UNISC, como todos sabemos e estamos vivenciando, se está promovendo mudanças importantes, através do projeto de Reinvenção. Nossa pergunta, nesse sentido, é a seguinte: você enxerga, na Reinvenção, um lugar de construção dessas compensações? Ou, em sua opinião, não é o caso, porque nela está colocado outro formato de continuidade da dimensão de formação das humanidades?

Vilmar Thomé:

A reinvenção permite vislumbrarmos a sustentação do modelo comunitário de formação, a sustentação do modelo institucional que nos trouxe até aqui, em especial a partir da implantação da universidade. As humanidades estão contempladas na nova graduação. A ampliação da pertinência, da relevância, e da eficácia das ações das Humanidades na formação dos estudantes, são fatores essenciais para a diferenciação da UNISC do modelo particular, comercial. As humanidades, além da atuação por meio da graduação, também encontram espaço em atividades clássicas de extensão, em atividades de pesquisa, atividades nos programas de stricto sensu, nas diversas áreas do conhecimento. O lugar das Humanidades em uma universidade comunitária com o perfil, com as características e condições estruturais diferenciadas da UNISC, está distribuído em todas as ações acadêmicas e serviços prestados pela instituição. Olhando a partir do projeto pedagógico institucional, as Humanidades, em determinados momentos, estarão atuando no formato de cursos, em outros momentos por meio de disciplinas em cursos, também na extensão, na ação comunitária, também por meio de pesquisas. São ambientes, formas, meios complementares de atuação. Uma construção por dentro de uma concepção original das universidades comunitárias, onde as Humanidades se conectem com valores do mundo, do mundo do trabalho e geração de renda.

Sem esquecer, ainda, da conexão com outras instituições de ensino, da formação de redes, alianças e atividades compartilhadas, para além do mundo acadêmico. Parcerias são fundamentais, as dificuldades, os limites, estão presentes em todas as ICES do Brasil, as dificuldades, as angústias, não estão em um único lugar. Ou seja, humanidades presentes pelas conexões internas com os diversos projetos e atividades, conexão com o entorno, com a comunidade das regiões de abrangência, conexão com outras universidades do segmento que

sejam mais próximas em termos de identidade do modelo, pela trajetória histórica, pelas afinidades culturais. Certamente os colegas professores e gestores da área de humanidades da UNISC percebem essas e muitas outras perspectivas para a continuidade de atuação das humanidades.

Entrevistadores:

Nesse sentido, pode-se arriscar que é um desafio e uma política de indução. Ou seja, se não tivermos agentes dispostos a essa indução, dificilmente se alcança algo desejável.

Vilmar Thomé:

É um grande desafio, é necessário encontrarmos mecanismos para uma grande construção, com múltiplos atores, de áreas variadas. Isoladamente, as ICES apresentam os mesmos desafios, todas estão na mesma situação angustiante. Portanto, para solução de uma equação de múltiplas variáveis interdependentes, precisamos de esforços internos e, ao mesmo tempo, busca de alianças externas com outras instituições, sejam elas de educação ou de outras áreas de atuação.

Entrevistadores:

Professor Thomé, queremos agradecer muito a sua participação nesse projeto. Nós estamos num lugar privilegiado, pois esse projeto de publicação BARBARÓI nos levou a conversas com os três últimos reitores da UNISC. E essas conversas, mais do que um registro de memórias, nos colocaram diante de diferentes visões do processo histórico de construção de uma Universidade Comunitária, em especial no que diz respeito aos desafios que se colocam atualmente para esse “modelo de Universidade”. No caso específico da UNISC, as conversas que tivemos nos permitem concluir que a construção histórica da UNISC é resultado de um processo político que sempre se pretendeu democrático e de discussão crítica acerca do que é Universidade e de quais são os lugares que uma experiência de Universidade Comunitária deve ocupar no Ensino Superior no Brasil. Agradecemos muito, portanto, sua disponibilidade de tempo e sua abertura para a reflexão dos temas que foram propostos.

Vilmar Thomé:

Sou eu que agradeço. Me senti muito bem ao conversar com vocês. E fico à disposição, para outros contatos, caso necessário. E parabéns pela iniciativa!

CHANGES AND ADAPTATIONS OF COMMUNITY UNIVERSITIES IN TIMES OF CRISIS.

Abstract:

In the interview, Professor Vilmar Thomé considers his academic and professional trajectory, especially his experience as Pro-Rector and Rector at the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), to analyze the changes and adaptations that occur in Community Universities at a time in which university education in Brazil is provoked to reinvent itself. For Professor Thomé, we live in a moment in which the different models of University in Brazil need to be rethought, considering the importance of improving the use of invested resources, of achieving better results, of having a greater capacity to meet the needs of society. In the experience of Community Universities, the professor highlights three issues that have consolidated themselves as a legacy of the history built up to then: transparency, decentralization and participation. But he highlights that the moment is one of adaptations, without forgetting the legacy built, but considering the challenges of a time of crisis and technological changes that create new possibilities for organizing university activities.

Keywords:

UNISC; Community University; University Crisis; Hybrid Teaching Model.

Sobre os autores:

Vilmar Thomé possui Bacharelado em Ciências Contábeis, Especialização em Administração Financeira, em Gestão da Qualidade Total e em Administração Universitária, e Mestrado em Engenharia de Produção (Área de Concentração em Qualidade e Produtividade). É professor do Curso de Ciências Contábeis da UNISC. Foi Pró-Reitor de Administração da UNISC. Reitor da UNISC por duas gestões. Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), Presidente da APESC – Mantenedora da UNISC, Escola Educar-se, Cepru e do Hospital Santa Cruz. Atualmente é Diretor-Geral do Hospital Santa Cruz- HSC.

César Hamilton Brito de Goes é graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professor e pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação.

Marco André Cadoná é graduado em Filosofia, Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Doutor em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina). Professor e pesquisador na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), onde atua no Departamento de Humanidades, Ciências e Educação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

